

## AUSCHWITZ OU OS LIMITES DA RAZÃO

(Auschwitz or the limits of reason)

*José Henrique Santos\**

Resumo: Este ensaio pensa Auschwitz à luz dos conceitos operatórios de *identidade e diferença*, aqui pressupostos de modo relativamente “anônimo” e não explicitado. Do livro-testemunho de Primo Levi *Se questo è un uomo* aproveito principalmente as passagens que descrevem o Homem confrontado com a própria humanidade. A desumanização que o ameaça devolver ao “reino animal do espírito” é o ponto de partida para testar o dilema de “ser Homem ou ser Bruto” diante de situações-limite, tais como as indicadas pelas palavras abaixo, numa primeira aproximação que a experiência do universo concentracionário propicia.

Palavras-chave: Vergonha, desonra, angústia do ser para a morte, fé, razão, incerteza.

Abstract: This paper aims to discuss Auschwitz in the light of the operating concepts of *identity* and *difference*, which are presupposed here as relatively “anonymous” and unexplicited. From *Se questo è un uomo*, written by the writer and witness Primo Levi, I have mainly retained the extracts that describe Man facing his own humanity. The dehumanization that threatens to return him to the “animal kingdom of the spirit” is the starting point to assess the dilemma of being “either a Man or a Brute” when confronted to limit-situations, such as those suggested by the words below, in an first approach provided by the experience of the universe of concentration camps.

Keywords: Shame, dishonor, death anxiety of the being, faith, reason, uncertainty.

---

\* Professor Emérito de Filosofia e ex-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais. Artigo submetido a avaliação no dia 28.05.2012 e aprovado para publicação no dia 25.06.2012.

**V**i muitos filmes sobre o holocausto e li alguns livros de sobreviventes que narram em pormenor o terrível dia a dia dos campos de extermínio. Mas nenhum me tocou mais do que o livro de Primo Levi sobre a vida em Auschwitz e a psicologia do universo concentracionário. Quando estudávamos na Alemanha, minha esposa e eu fomos visitar, no inverno de 1962, o campo de Dachau, que fica perto de Munique. O céu cinzento do inverno coberto de nuvens, o frio, a neve que se amontoava no chão batido de terra negra, o vento gelado a queimar o rosto e as orelhas, toda a paisagem externa parecia feita para combinar com a infelicidade mais extrema. Essa primeira impressão se reforçava quando entrávamos nos alojamentos e nas instalações vazias. A leitura de cartas que jamais foram entregues, em diversas línguas (inclusive a nossa), fazia confluir o sofrimento de muitos em uma só pessoa de cada vez, como se essa carta fosse única, insubstituível, mas ao mesmo tempo retrato de todas as outras. Creio que o mesmo caso exemplar se repete com os diversos locais de confinamento, cada qual com sua carga negativa. Dachau será, talvez, apenas uma réplica menor de Auschwitz (embora tenha servido de modelo, pois foi o primeiro campo, construído em 1933), mas na esfera do terrível não há espaço para o mais ou o menos.

Os fatos passados resistem em vir à tona, a não ser que um interesse particular se esforce em trazê-los, todavia mesmo a imaginação mais sensível precisa apoiar-se em dados e indícios para não cair no arbítrio da mera fantasia. Mais do que informações, necessitamos de testemunhos fidedignos. Por isso não basta transformar em museu o que antes foi o sofrimento da vida, se não soubermos devolver ao espaço vazio o quotidiano das pessoas que lá viveram e morreram. Pois o museu é apenas um instrumento de preservar a memória, mas antes de preservar é preciso também restaurar o acontecido e devolver à vida humana seu conteúdo verdadeiro. Há coisas que, por conveniência, o pragmatismo político atual prefere esquecer; porém, como não é possível desfazer o passado, talvez não haja melhor expediente do que dedicar-lhe um monumento, satisfazendo àquela parcela da opinião pública que exige transparência em tudo, e não se fala mais nisso, exceto se for útil à propaganda do governo. Afinal, tortura, assassínios seletivos ou não, campos de concentração, genocídio e toda a imensa gama de atrocidades patrocinada por gentios ou cristãos, são atos que, se não deviam acontecer, ficam bem guardados no museu de antiguidades. Ao voltar a Auschwitz pela primeira vez depois da guerra, Levi admitiu não ter sentido nenhuma emoção digna de registro. O governo polonês da época havia transformado o campo em uma espécie de monumento nacional. Mandou restaurar e pintar os barracões, plantar árvores e organizar o roteiro das visitas, como se faz com um museu bem cuidado, para expor ao visitante uns objetos miseráveis: toneladas de cabelo humano, milhares de óculos, pentes, pincéis de barba, bonecas, sapatos de criança, — em resumo, sobras, restos do que um dia foram objeto de uso. Quanto ao “meu” *Lager*, concluiu resignado, não existe mais, pois

a fábrica de borracha que lhe era anexa e onde trabalhávamos cresceu desmesuradamente com os novos donos e ocupou todo o terreno, fazendo desaparecer o Campo Central. Um museu é sempre algo estático, reordenado e manipulado (\*) [(\*) Ver *Appendice*, p.165 da edição citada abaixo)]. Daí ser imprescindível estar a par de toda informação de fonte confiável e objetiva. Não nos esqueçamos, finalmente, do papel relevante da escola e da imprensa livre para manter acesa a consciência crítica e resistir ao abuso da propaganda.

Para lembrar precisamos, pois, de algo substantivo. Não é possível preencher só com o auxílio do imaginário o que o lugar vazio de um museu de horrores deixa entrever dezessete anos depois, em que pese toda a documentação consultada. A representação da vida é condição para se formar a ideia da morte, mesmo que seja a morte dos outros; pois nada pode ser mais abstrato do que as estatísticas e os grandes números, dos quais o indivíduo está ausente. Ora, morrer é pôr limite ao sofrimento, é um deixar-*vir* (in)consciente do qual nada sabemos. Mas como é este “deixar”? Será ele um simples consentir no abandono do que não tem mesmo jeito em seu caráter inevitável?

Se a morte é a única certeza, ou se para morrer basta estar vivo, como dizem uns especuladores muito práticos, então não há nada que possa ser feito. Mas esse pragmatismo da vida quotidiana não serve para quem traz a morte na alma. Basta um simples piscar d’olhos da junta de seleção para decidir quem deve morrer ou viver até o próximo exame; se os fracos, velhos e doentes são mandados à fila da câmara de gás, os ainda úteis trabalharão enquanto tiverem força — pois não sabem os prisioneiros que o trabalho liberta? As crianças menorzinhas precisam de cuidado, roubam o tempo dos adultos e, não sendo produtivas, dispensam a mediação do trabalho para irem morrer longe dos pais, com exceção de umas poucas, especialmente as gêmeas, que serviam de cobaia para experiências médicas. (Li, há tempos, em uma reportagem sobre a vida clandestina no Brasil do chefe desses pesquisadores *in anima nobile*, o médico Joseph Mengele, chamado “o anjo da morte”, de Auschwitz-Birkenau, que ele teria dito, ao ver as crianças brincando no pátio de uma escola israelita de São Paulo, “elas não sabem o que fazíamos com elas...”).

O universo concentracionário transtornou as rotinas da vida, separou quem vivia junto, inverteu o sentido da linguagem e deu à solução final a última palavra. Já não é possível empurrar a ideia da morte para o futuro indefinido da certeza abstrata: “morrerei um dia, mas enquanto isso...” “Enquanto isso” é algo que deixou de existir, não há mais razões de viver ou morrer. A promessa de futuro limita-se a duas palavras, *morgen früh* (amanhã cedo), que talvez não se possam repetir. Neste presente absoluto, é como se todo dia fosse o último. Por isso perguntamos: a razão se perde quando não consegue encontrar razões que a justifiquem? Pode-se convi-

ver com a falta de sentido? Os sinais da desumanização encontram-se por toda a parte, reafirmados sem descanso, a qualquer pretexto. A morte em vida no campo de confinamento precisa encontrar urgentemente outras razões – por certo não mais razões de viver, mas ao menos razões de morrer. Como dar dignidade à morte e não perder a razão? São questões que haviam ocupado a filosofia desde o começo: que vida é própria do homem?

O primeiro mérito de Primo Levi consiste, não em ter sobrevivido para testemunhar, como de fato ocorreu (muitos outros também o conseguiram), mas o de tê-lo feito com o rigor ascético de quem vai direto ao essencial, sem consentir em justificações e mortificações tardias. Tampouco se permite sentimento de ódio ou vingança. Não há dúvida de que fugir da tonalidade afetiva muito contribuiu para depurar seu estilo literário. Mas o melhor é que a preocupação de proceder de forma objetiva, como se faz na ciência, resultou em uma demonstração tão convincente, que se tornou impossível ignorar os fatos ou mesmo negá-los, como se costuma fazer por conveniência política, e deste modo isentar de culpa indivíduos ou grupos. Neste sentido, o estilo de quem parece estar procedendo a uma análise química do microcosmo de Auschwitz restituiu o conteúdo vivo da subjetividade com tal crédito, com tal lucidez, que não hesitamos nem um pouco em considerá-la um paradigma do testemunho confiável para se compreender a fundo porque é preciso lutar contra o esquecimento.

O título do livro — *Se questo è un uomo*, – sugerido pelo editor, foi retirado de um poema da mesma época, e, de fato, soa mais expressivo do que o original de *I sommersi e i salvati* que se preservou em um dos capítulos. Vejo dois motivos desta preferência. Primeiro, ele diminui a distância entre os leitores e o autor com um apelo direto: *Considerai se isto é um homem; Considerai se isto é uma mulher...* Em segundo lugar, convida-nos para a tarefa do pensamento, que pode apoiar-se, sem dúvida, nas imagens, representações e sentimentos que a narrativa expõe, mas que, ao mesmo tempo, não dispensa o esforço de ir à *coisa mesma* no rigor do conceito. A exigência ética é inseparável da reflexão mais aguda (\*). [(\*) Na edição que utilizei, os versos vêm logo após a página de rosto: *Se questo è un uomo*, ed. Einaudi, Torino, 2005. A tradução brasileira de *Luigi del Re*, ed. Rocco, Rio, 1998, preferiu ser mais direta ao perguntar *É isto um homem?* A pergunta desloca um pouco o eixo tenuíssimo do assunto, mas tem a vantagem *a priori* de advertir, desde o título, que nós, leitores, também somos convidados a procurar uma resposta.]

Que faz do “animal racional” um ser humano? Muitas coisas, das quais não temos consciência bem clara em nosso dia a dia. Pois viver é uma ocupação complicada, que toma todo o tempo disponível, mesmo o tempo que está por vir e ainda não chegou a ser. É justamente este ainda-não-ser do porvir que completa o constante estar-ocupado de todo dia, e abre, ao

mesmo tempo, a possibilidade de ampliar o horizonte da vida humana. Esperar por um filho que retorna a casa após longa ausência, ou a esperança na justiça social que o pastor tenta inculcar nos fiéis, podem diferir pelo conteúdo ou pela tonalidade afetiva, assim como pela complexidade das associações mentais; todavia, por mais que difiram, todas essas representações supõem o mesmo esquema da consciência interna do tempo. Subliho este fato porque, como veremos, na oficina da morte de Auschwitz o único *affaire* que resta é morrer. Quando a morte parece iminente não se espera mais nada. Sonhar com o futuro deixa de ter sentido. A vida perdeu, ela própria, os pontos cardeais que a orientavam; uma dimensão essencial – o futuro por vir – lhe foi amputada como uma perna *qui ne marche plus*. Os dias que restam já não se podem renovar, apenas repetir.

Para nos darmos conta do que é propriamente humano precisamos ser despojados desse ou daquele predicado que julgávamos aquisição definitiva e que agora já não existe. Ora, desse despojamento sistemático pode ler-se a descrição nos sucessivos capítulos de *Se questo è un uomo*. Começa com a chegada a Auschwitz, após cinco dias de viagem em vagões fechados, sem água e comida, espremidos uns contra os outros, como um inacreditável gado humano. Esta é a primeira perda, — a perda da individualidade, pois o indivíduo não conta mais. Aqui vale apenas a massa física compactada para caber no espaço disponível. Em seguida vem a acolhida no Campo. O dístico, em letras de ferro, emoldurando o portão de entrada, avisa que *Arbeit macht frei*. (O mesmo se adverte nos outros campos). Quem lê alemão traduz para quem não sabe: *O trabalho liberta*. Esta paráfrase malvada vem de um povo que se diz cristão, por isso é mais ressentida por aqueles judeus que ultrapassaram a Torá e chegaram a ler no Evangelho que *a verdade liberta*. Quanto aos versados na *Divina Comédia*, mal podiam prever que a entrada no inferno deste mundo contivesse também sua advertência, ainda que não fossem os versos do poeta na porta do outro mundo. Mas era o caso. De todo modo inevitável, a associação parece vir por gravidade, pois descansa no mesmo pressentimento de “nunca mais sair”.

O mal-estar da liberdade é ela estar na mão dos outros e não chegar até nós senão como o arbítrio deles. Como esses outros tudo podem, levam os recém-chegados para o Campo Central, donde serão redistribuídos segundo a sorte de cada um. Mas antes disso, será preciso prevenir também qualquer resistência futura, ainda que tardia, ao funcionamento dos círculos infernais. Convém, portanto, inibir todo resquício da vida anterior que possa alimentar o amor próprio, de modo a provocar rebelião ou desordem. O mais eficaz consiste em extirpar o núcleo representativo da pessoa: as roupas, o cabelo, a imagem de si mesmo, o nome.

Separados os homens, as mulheres e os filhos pequenos, cada grupo segue o destino prescrito. Nunca mais se encontrarão, exceto uns pouquíssimos

sobreviventes, salvos pelo avanço das tropas russas. Alguns, principalmente as crianças, vão diretamente para as câmaras e o crematório de Birkenau, que fica próximo. Começa, então, a cerimônia de admissão dos restantes no *Lager*, essa *gran machina per ridurci a bestie*. O procedimento com os prisioneiros masculinos acolhidos na internação é o seguinte, segundo o relato que estamos lendo. (O que acontece com as mulheres e as crianças só se pode presumir, mas o autor não nutre nenhuma esperança). Ordenam-lhes tirar a roupa e amarrá-la em duas trouxas, uma com as roupas de lã, que serão reaproveitadas, outra com os demais trajes. Aguardam algumas horas em pé, em meio ao frio e à neve, antes de começarem a receber o número de inscrição tatuado de maneira indelével no braço esquerdo. Devem estar prontos para exibir a nova identidade sempre que exigida, mesmo que seja para receber a ração diária de pão e sopa (\*). [(\*) Em uma novela publicada em 1919, coincidentemente intitulada *In der Strafkolonie* (*Na Colônia Penitenciária*), Kafka havia considerado parte essencial da pena gravar a sentença nas costas do prisioneiro, debaixo da pele, de modo que este a carregasse para sempre. Em Auschwitz, a tatuagem é o anúncio de que a sentença de morte prevista nas leis raciais está em vias de cumprir-se.] No começo de 1944, a numeração já anda bastante alta, e ocupa geralmente seis dígitos. Com o tempo, os prisioneiros aprenderão a avaliar a data de entrada e o lote a que pertencem os companheiros de prisão. O número começa a valer no lugar do nome próprio. O preso já não possui identidade ou descendência familiar, a identidade se transformou em identificação; pois estando nulo o nome próprio, esse *qualquer um* se vê transferido para o reino da quantidade meramente funcional, devidamente anotada. Um dos internos passa a chamar-se, por exemplo, pelos três últimos algarismos, *Null Achtzehen*, ou seja, *Zero Dezoito*. Já Primo Levi recebe o “nome” de 174 517. Comenta ele: “Tiraram-nos também o nome, e se quisermos conservá-lo será preciso encontrar em nós mesmos a força de fazê-lo, de tal modo que atrás do nome ainda possa permanecer alguma coisa tal como éramos” (\*) [(\*) P. 23]. Daí se compreende a importância de o nome se estender aos objetos pessoais confiscados. É que uns e outros suscitam e ajudam a manter a memória do que foram um dia, antes de serem jogados no fundo do poço.

É possível matar o espírito sem matar o corpo. O exemplo acabado deste experimento terrível conta-se na história de um menino de três anos, ou pouco mais, que apareceu no acampamento russo após a libertação. Ninguém sabia seu nome, nem como escapara do gás e fora parar no meio dos adultos. Não falava, e a única identificação que possuía era a matrícula de Auschwitz gravada no bracinho esquerdo, agora totalmente inútil. Os sons desarticulados que saíam de sua boca não davam presunção de língua humana. Além disso, estava paralisado da cintura para baixo, e não conseguia ficar de pé. As enfermeiras russas chamavam-no Hurbinek, numa vaga imitação dos sons que emitia. Um jovem sobrevivente cuidou dele como se fosse mãe; dava-lhe comida, lavava-o e tentou fazê-lo falar o

húngaro. Impossível. Morreu pouco depois (\*). [(\*) O relato encontra-se no livro que narra a libertação e o retorno a casa, intitulado *La Tregua*; ed. Einaudi, Torino, 1996, p.22/24.] A única notícia que temos de sua passagem neste mundo resume-se a esses poucos parágrafos. Mas é o suficiente para nos deixar perplexos. *Isto é um homem?* Responder “sim” ou “não” é o de menos, quando já é bem difícil falar de sofrimento e morte. Notemos apenas, com parcimônia, que, em um sentido inesperado, a “análise química” que Primo Levi empreendeu sobre Auschwitz revela os limites do corpo separado do espírito, como se Hurbinek fosse mais um elemento do sistema periódico que a análise decompõe, para nunca mais.

Dito isto, não a fenomenologia, mas a teratologia do espírito é de vigiar e punir a qualquer tempo, seja ela a *solução final*, ou algo igualmente terrível como o *slogan* da falange franquista de *Viva la muerte!*, com que os legionários do futuro *caudillo de España por la gracia de Dios* celebravam o fuzilamento dos adversários. O grito de morte já nos parecia débil, quase esquecido, e eis que transpõe a fronteira de origem e ressoa bem alto em todas as línguas do mundo global. Que os políticos não lhe tenham louvor!

Volto a Auschwitz. Esqueceu-me dizer que durante todo o tempo de acolhida dos recém-chegados e, mais tarde, depois de acostumados à rotina do campo, qualquer atividade em grupo será feita ao som da banda de prisioneiros. Sair, voltar, deslocar-se para o trabalho, esperar na fila, — nada se faz em silêncio. A música jorra sem parar, a repetir as mesmas peças e requerer do preso um passivo “ter de ouvir”. Todas as trombetas anunciam a glória do *Reich*. O mau-gosto não é nada, comparado à tortura que esses epinícios de mentira infligem no ânimo. Na marcha, quem sair do passo corre o risco de ser dado como doente e, portanto, inútil para o trabalho. É deveras muito perigoso perder o compasso! O efeito do ritmo mantém a ordem unida, como se a precariedade da vida precisasse de sustento musical para não soçobrar de vez. No rastro dos exércitos, veio a invasão sonora dos ouvidos, sem um minuto de silêncio para o espírito fechar-se consigo e tecer seus pensamentos mais íntimos. Pelo resto da vida os sobreviventes carregarão a lembrança desse tormento impossível de esquecer, e que, a pretexto de qualquer associação, volta a expulsar os pensamentos mais sensatos. A memória dos sons é muda, mas possui eloquência satânica. Dir-se-ia que os *SS* saboreiam o gozo do triunfo mesmo após a capitulação incondicional.

A exposição ao som absoluto não passa de um dos aspectos da perda da privacidade. Quando tudo se torna público, o corpo inteiro está sujeito à regra universal do ser-visto; não pode esconder-se. Os exames médicos, por exemplo, fazem-se à vista de todos, sem qualquer recato; assim como os atos físicos comuns a todo animal. Nada, nem mesmo o pudor, dá direito à *privada*. Os intestinos devem funcionar de acordo com o regulamento, e para manter a ordem o *Scheissminister* ou o *Scheissbegleiter*

acompanha tudo de perto e zela pela utilização da latrina coletiva. (A mesma em italiano, esta palavra é bem adequada para não denotar qualquer coisa de *privativo* e propriamente humano) (\*). [(\*) Abordarei em outro ensaio os aspectos antropológicos da questão *Recato, Pudor, Etiqueta*.] Entretanto, pior do que a vergonha física, que faz ruborizar os muito pudicos, é a vergonha humilhante de lamber a sopa, como os cães, ou de comer com a mão, por falta de talheres. A isto os SS chamam, não de *essen* (comer), mas de *fressen* (devorar), próprio de animais. Alguém escreveu no fundo de uma gamela: *ne cherchez pas à comprendre*, não tente entender.

Haverá outras coisas. Perdidos o nome, os objetos de uso e a privacidade, que resta por confiscar? Falta o mais importante, isto é, o próprio núcleo espiritual da pessoa, representado pela língua e o pensamento. Esta nova etapa do extermínio responde à dupla exigência de aniquilar a personalidade sem matar a vítima, e ao mesmo tempo obter ferramentas dóceis, isto é, escravos, porque o *Reich* precisa de trabalhadores, principalmente agora que a mão de obra se tornou escassa. O método de fazê-lo (e tudo no Campo é metódico e sistemático) segue a trilha aberta pela destruição do nome próprio. O *povo do Livro* não teria dificuldade de compreender o que faziam consigo, não fosse a agonia do momento. De fato, a melhor explicação para o fenômeno da perda comunicativa da linguagem se encontra na própria Bíblia com a história da torre de Babel, que o autor menciona muitas vezes. Quando se falam todas as línguas, não se compreende nenhuma; pois a comunicação, o entendimento, a concordância e a discordância, atos tão corriqueiros na fala consensual a ponto de passarem despercebidos, deixam de encontrar ressonância quando têm de lidar com essa proliferação incontrolável de meios. O pão se diz de muitas maneiras: *pane-Brot-Broit-chleb-pain-lechem-kenyér*. Não duvido que guardar uns tantos nomes frequentes seja mais fácil do que conseguir formar um sentido com eles. Na Babel de línguas, a inflação de palavras pode ser que custe a perda momentânea do significado, que quase sempre acaba se recuperando depois; mas ter o domínio da sintaxe alheia é mais difícil; essa lacuna costuma render ódio e ressentimento. Na confusa dissociação do entendimento, é preciso ter cuidado para não classificar os estrangeiros de bárbaros, só porque os ouvimos gaguejar sons tão familiares em nosso idioma. A brutalidade que acaba no *pogrom* começa sempre com o insulto verbal. A fala cobra resultados imediatos, não deixa para depois.

Procedentes de todas as partes da Europa (alguns vêm até mesmo das colônias africanas, como é o caso dos judeus da Líbia), os prisioneiros trazem o veneno na ponta da língua. Estranham-se as falas umas às outras: grego, macedônio, húngaro, as línguas balcânicas, romeno, búlgaro, ídiche, francês, italiano, espanhol, inglês, polonês, alemão, russo, e quantas mais! Ser obrigado a exilar-se da língua pátria é sempre triste. O idioma estrangeiro é um instrumento de comunicação insubstituível, mas quando os

sentimentos mais íntimos pedem passagem, a língua materna surge como um anjo protetor que faz ressoar as palavras mais carinhosas, aquelas que servem de consolo para todos os infortúnios. Já as ordens, bem, essas não são propriamente faladas, mas gritadas no alemão de caserna; soam ríspidas, velozes, sempre que possível insultuosas. Azar de quem não aprende rápido. A lerteza pode custar algumas pancadas extras. Se a vida no Campo durasse um pouco mais, é provável que surgisse uma nova língua, a *koiné* de Auschwitz, adaptada às necessidades dos prisioneiros, bem diversas daquelas a que estavam habituados no quotidiano de suas casas.

Falei acima do confisco feito aos vivos. E quanto aos mortos? (Aconselho ao leitor sensível pular este parágrafo. Não é raro a verdade ser insupportável.) Tiram-lhes os dentes obturados com ouro; procuram as joias escondidas do saque *ao vivo* (há um comando especial para pesquisar nos orifícios do corpo); os cabelos são rapados uma última vez, para encher colchões e agasalhos contra o frio da frente russa; a cinza que sobra dos fornos crematórios se aproveita como adubo; com a gordura do corpo se faz sabão. (No Rio de Janeiro dos anos 50 pôde-se ver o enterro de barras de sabão humano que não chegaram ao consumo). Será que a indústria da morte fecha aqui o balanço? – Ainda não, falta acrescentar o último produto, que suponho fosse exemplar único: um abajur de pele tatuada, para uso de cabeceira, deixado para trás na fuga precipitada. Quem diria que isto foi um homem? (Levi não menciona os dois últimos tópicos, que no entanto se encontram na literatura pertinente. A historiografia revisionista nega que tenham acontecido, assim como minimiza os demais.)

Precisar de intérprete é um atraso de vida. Quem estiver nesta categoria será sempre o último a saber. Quando os poloneses sussurram entre si *selekcy!*, procuram guardar segredo, pois, sendo os primeiros a saber, têm a ilusão de poder escapar, subornando um guarda ou procurando a enfermaria no momento exato. Mas é difícil burlar morte tão bem organizada. Pouco importa que o acaso intervenha na seleção, o que não se admite é o total exceder a capacidade do aparato. Os bem informados que tudo fizeram para escapulir procuram pelo menos lavar-se, exhibir bom aspecto e disposição para o trabalho.

Homens ativos costumam manter tal interesse na profissão das coisas, que elas acabam por dominar a existência inteira. Pautam o que-fazer diário, fixam os hábitos, e, com o tempo, instauram a confiança que garante todas as certezas. Não deixam muita escolha, ao que parece; pois, à parte alguma conversão radical, imprevista, o caráter se considera formado, pronto para enfrentar qualquer desafio. O futuro por vir é o eterno retorno das mesmas coisas, previsível como os negócios dos dias úteis. Contudo também a integridade mais firme está exposta à pausa dos feriados e dias de culto, quando a rotina é suspensa e não se pode trabalhar. Que se fazia desde sempre com o ócio prescrito, senão ir às distrações ou ao serviço divino?

Mas agora nada se compara com os dias de antigamente. Os domingos são dedicados para matar piolhos e outras sevandijas que infestam os alojamentos.

No laboratório social de Auschwitz não há passatempo, diversão ou igreja; só trabalho forçado. Mesmo assim os prisioneiros se agarram à corveia diária, porque o trabalho, a fome e o frio os livram de pensar no pior. Mas as ocupações não oferecem proteção alguma, podem desaparecer a qualquer hora, sob o rumor de que vem aí outra *selekcya*. Então não há mais saída, é preciso pensar na morte que se aproxima. Estar consigo é mais difícil do que estar com outros; pois se o que é íntimo dispensa palavras (\*) [(\*) Platão: Pensar é o diálogo sem palavras da alma consigo mesma.], elas no entanto fazem falta na hora de retomar o caminho interior. Signos sonoros – algo externo! – são os pontos cardeais do espírito, a indicar que o destino está do lado de fora. Ora, este obstáculo não se transpõe com um salto: como voltar-se para si sem sair do mundo? Para apurar ao máximo o interesse vital, é conveniente suspender o intercâmbio com tudo o que pareça supérfluo, e impor toque de silêncio às distrações, mesmo (e ainda mais) àquelas que nos afligem, sob pena de vê-las dispersar o nexos das ideias. Qualquer exame de consciência supõe condições propícias de recolhimento, como se fosse preciso retirar-se do mundo, coloca-lo “entre parênteses”, ao menos de modo provisório, para manter o ânimo tranquilo. Mas como fazê-lo, quando o Campo de Concentração se apoderou de todos os espaços e não deixa margem para a concentração do espírito?

A morte é o princípio que dá a cada um a certeza de sua individualidade. Não posso morrer no lugar de outro. Mas que há de mais precário do que viver em Auschwitz? Num piscar d’olhos o indivíduo perde a vaga, deve ir para o próximo vir; assim todo o mundo é substituto de alguém. É preciso abrir espaço para os que chegam. A grande máquina de extermínio mantém constante a provisão de combustível de que necessita para funcionar. Ninguém está livre de ser chamado. Na angústia da escolha, um rabino dá graças a Deus por tê-lo salvo da seleção. Não percebe que deve a vida a alguém que não teve a mesma sorte, pois a regra de equilíbrio exige 1x1. Isto posto, a escolha é quase sempre aleatória, o que importa é o total da soma. (Considerando-se somente Birkenau, onde estavam as câmaras de gás, o número de prisioneiros se mantém em torno de 100.000 no fim da guerra). “Tomar o lugar de outro” se deve ao acaso, por isso convém corrigir a fórmula acima: então que seja esta “não posso morrer a morte de um outro”. A última luta (*agon*), cada qual há de travar sozinho. (\*) [(\*) Na tragédia de Eurípides, Alceste aceita morrer no lugar do marido, o rei Admeto; mas isto é inadmissível, Hércules desce aos infernos para trazê-la de volta. Sobre a questão do gênero como negatividade absoluta, ver meu livro *O Trabalho do Negativo. Ensaios sobre a Fenomenologia do Espírito*, Loyola, 2007, pp. 183/189.] Este religioso não conseguiu tomar suficiente distância de si, não viu que está preso à contingência de ser

outro de um outro, e que todo existir consiste nesta alteridade radical. (Rimbaud havia intuído este fato, quando escreveu: *Je est un autre*). A análise do *ser para a morte* dá relevo à angústia do Nada.

Nem todo mundo pode ou deseja pensar. Pensar dói. O prisioneiro 174 517 é um desses. Judeu polonês, poderia entender-se em alemão com muitos à sua volta, mas insistia em só falar o ídiche, restrito de uma minoria, usando-o como um escudo de proteção contra estranhos, com a vantagem de saber o que falam sem precisar de se comprometer. Estava a conciliar o sono, no alojamento, quando ouviu a palavra “crematório”, tema principal de um assunto apenas cochichado. Ergueu-se de um salto e reclamou: Por que falam disso? Que está acontecendo? Assim não se pode dormir! Observam-lhe que seu número data de um ano e meio atrás, e que do mesmo grupo restam apenas uns trinta mil, se tanto, computados os de Auschwitz e Birkenau. É uma estatística cruel. Teriam sido mandados para outro campo? (Conjectura paliativa). Baixou a cabeça e não respondeu. *Er will nix verstayen, ele não quer entender*, resumiu um outro.

Sonhar é uma forma de evasão. O relato dos sonhos dos sobreviventes de Auschwitz acaba sempre por confluir no mesmo tema, que é o desejo de estar em outro lugar. Se a volta a casa é improvável, não adianta deter-se no assunto. Entretanto o que se reprime durante o dia retorna à noite, quando a censura adormece e a esperança desperta o imaginário. É seu último refúgio. (A sexualidade não se menciona neste levantamento). Como nas novelas de Kafka, o pesadelo começa ao acordar. A ordem de sair da cama vem na voz do comando polonês: levantar!, *Wstawac!* É tão temível que todos despertam antes, para não ter de obedecê-la. Assim nasce a aurora.

A crueldade é um fenômeno exclusivamente humano. Nenhum outro animal tem sequer a possibilidade de consentir no sofrimento alheio, menos ainda o de produzi-lo. Pois torturar e fazer sofrer é um subproduto da luta pelo reconhecimento, a qual, por sua vez, pertence à esfera constitutiva da consciência-de-si. Não é algo, por conseguinte, que esteja ao alcance do reino animal do espírito. Trata-se de um reconhecimento fracassado, de um desvio que não chegou à etapa da reciprocidade. É uma prerrogativa infeliz, mas nem por isso menos humana. Se o homem é o outro de um outro, como afirmei acima, então é necessário que esse outro (o meu próximo) reconheça meu direito de existir, assim como reconheço o dele. A verdade da certeza de si se conquista na luta em que cada qual tende à morte do outro. A dialética dominação/servidão representa apenas um equilíbrio precário, porque é unilateral (só o escravo reconhece o senhor), e não pode prevalecer como definitiva. (\*) [(\*) Uma exposição circunstanciada desta dialética pode-se ler em meu livro *O trabalho do negativo*, *supra-cit.*, pp. 179/206. A expressão “reino animal do espírito”, utilizada por Hegel na *Fenomenologia do Espírito*, refere-se à consciência ainda

“animal” do espírito, imerso na vida indeterminada dos elementos naturais e que não aprendeu a dar-se um fim consciente.] No caso da crueldade, é preciso que a vítima seja ao mesmo tempo idêntica e diferente do algoz: idêntica, porque este se vê a si mesmo no outro (um *alter ego*); diferente, porque *o poder de morte* que o outro (a vítima) tinha em relação a ele, ficou reduzido à *mera naturalidade da submissão absoluta*. O outro é o “animal” que pode morrer no lugar do algoz, assim este vê confirmada no sofrimento alheio a certeza de seu poderio. A lógica desta dialética fracassa porque não consegue encontrar o termo médio (mediação), necessário para armar o silogismo do reconhecimento recíproco. (A crueldade para com os animais é derivada menor da dialética humana; ela se move no *elemento da substituição*, toda vez que um animal “sofre como gente”, apenas porque desperta a raiva do agressor e não pode reclamar. A religião faz, eventualmente, economia do ódio, para não incorrer na ira de Deus. Mesmo assim haveríamos de considerar cruel a prova de fé que levou ao sacrifício de Abraão, não fosse Isaac *substituído* pelo cordeiro à última hora.)

Auschwitz cumpre todas as etapas do aniquilamento planejado. Estas podem resumir-se do seguinte modo, em ordem fenomenológica de chegada (ou de partida): (a) destruição do espaço humano, com as pessoas espremidas umas contra as outras em vagões de gado; (b) quebra dos laços familiares, sendo separados marido e mulher, pais e filhos, irmãos e irmãs; (c) mudança da imagem física, deturpada pelo uso de uniforme, cabelos rapados etc; (d) confisco do nome, de documentos e pertences pessoais; (e) exposição da privacidade no espaço público; (f) perda da língua pátria na *koiné* do Campo; (g) quebra dos sentimentos humanos, tais como respeito e compaixão: compelido pela fome, o mais forte considera lícito tomar a comida daqueles que, muito débeis, “já estão, de qualquer modo, condenados a morrer” (\*) [(\*) Contudo, houve também atos de bondade. Levi diz dever a vida à ajuda de um prisioneiro que lhe cedia parte da ração diária e que o ajudou nos momentos difíceis. Uma discussão sobre o problema do bem e do mal viria a propósito.]; (h) humilhação auto-imposta e colaboração com o inimigo: servir em comandos especiais para os trabalhos considerados “sujos” para os SS, na esperança de sobreviver; (i) por tudo isso *a consciência-de-si é compelida a voltar ao “reino animal do espírito” (fressen em vez de essen)* antes de o prisioneiro ser abatido; (j) câmara de gás; (k) crematório, solução final. Regra básica para prevenir pânico ou revolta na última etapa: matar o espírito antes do corpo. Resignação tranquiliza.

Em fins de 1944, na pressa de cumprir a solução final, os fornos crematórios funcionavam dia e noite. Chegam a “produzir” 24.000 mortes a cada 24 horas, 1.000 por hora. (A frente russa não mostra a mesma eficiência, está-se desmoronando a olhos vistos). As chaminés expeliam fogo e fumo que se podiam avistar de longe. Um dos últimos chegados pergunta a um

dos mais velhos: — Que fogo é aquele? — Somos nós queimando, responde-lhe. A resposta dispensa questões de pormenor. Do que não se deve falar é melhor calar.

Mas nem todos buscam evadir-se na apatia. Há quem encontre força para pensar o definitivo e sofrer a agonia da morte com lucidez, como recomendada a consideração verdadeiramente humana. O desespero resiste a qualquer terapia por que é uma doença mortal. Não se pode entrar em férias de humanidade e descansar da angústia, enquanto se procura ganhar tempo. O tempo é a perdição absoluta. Sob a determinação do eterno, Kierkegaard havia dito: Não estar desesperado, eis precisamente o desespero. Pois a usura do tempo inverte a vida acumulada, entrega o crédito restante ao poder do negativo, e proíbe recitar com os poetas “Mais um verão me concedei, ó Parcas!”. O tempo age como um ladrão que rouba promessas de pagamento. Mas elas não valem mais nada.

Na entrevista com Philip Roth (\*), [(\*) Publicada em 26 e 27 de novembro de 1986 em *La Stampa*, reimpressa como *Appendice* em *Il Sistema periodico, Einaudi, Torino, 1994.*] o romancista americano observa que a sobrevivência de Levi, fora a parte que se pode atribuir ao acaso e à resistência física, se deve a que “pensar faz sobreviver”, pois o civilizado que pensa muito tem na vontade uma poderosa fortaleza. É preciso, a todo o custo, manter subjugada a natureza e não se render ao instinto puramente animal. No mundo invertido de Auschwitz o trabalho alienado representa a última possibilidade de exercer o que se aprendeu em anos de estudo ou de labuta. Neste sentido, “fazer o trabalho bem feito” confirma a sensatez da vida quando tudo parece perdido.

Há muito o direito romano fez saber que a justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu. (*Justitia est constans et perpetua voluntas jus suum cuique tribuendi*). Se o conceito possui medida própria, pouco flexível à vontade imediata, o grupo, ao revés, só existe em função do interesse comum, que, por definição, articula o particular com seu conteúdo universal. A humanidade (que não cessa de sobreviver a si mesma) é herdeira una de todos os direitos que se podem reivindicar em qualquer tempo, máxime os violentos à dignidade do homem. São imprescritíveis e toda época lhes é propícia. — Quem há de fazer a soma e dar testemunho, senão o próprio povo?

A justiça divina é insondável; há ou não há. Os antigos guardavam distância do céu e lhes parecia que *Deus sub luna non curat*, não se importa conosco. Mas este aforisma não se aplica, de modo algum, ao povo de Israel, cuja história se entretém em assíduo diálogo com o Altíssimo. Tirou-os da escravidão do Egito e deu-lhes uma terra; pela voz de profetas e homens santos inspirou o Livro que podiam levar por todos os lugares, como uma pátria de bolso. Os mais ortodoxos buscam consolo na oração e confiam; os que não creem, mantêm respeito. Mas agora a angústia exce-

de a medida humana. O salmo de número 10 parece feito para os dias de hoje, ao interpelar Javé: “Por que ficas distante e te ocultas no dia da aflição, quando o infeliz sofre o orgulho do malvado?” (\*) [(\*) Remeto o leitor ao artigo de Renato S. Pfeiffer, que citou este salmo, *O eclipse de Deus e o Holocausto, Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, vol. 1, out. 2007, acessível na Internet.*] De fato, como aceitar o abandono dAquele que interferia na história do povo por muito menos! Que é dos profetas? Estará a Providência do Senhor Deus dos Exércitos na mão do exército soviético?

O filósofo Martin Buber havia considerado o eclipse de Deus característico dos tempos modernos (\*). [(\*) *Gottesfinsternis. Betrachtungen zur Beziehung zwischen Religion und Philosophie (O eclipse de Deus. Considerações sobre a relação entre religião e filosofia), 1953.*] Esperava que fosse transitório como os fenômenos celestes, — talvez um salto de órbita aberto para novos horizontes, — todavia diagnóstico mais acurado deixava entrever crise maior, — a “crise da humanidade europeia” e, quem sabe, de todo o Ocidente. Por volta de 1936 Edmund Husserl dedicara ao tema exame rigoroso, segundo a ótica da fenomenologia, mas *A Crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental* só se tornaria mais conhecida quase duas décadas depois da limitada edição de Belgrado, do mesmo ano). (\*) [(\*) *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie. Eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie, Belgrado I (1936), 77-176.* A primeira edição completa data de 1954 e integra o sexto volume das obras, *Husserliana VI, Haia, M.Nijhoff, 1954.*] Malgrado a passagem do tempo, este livro ainda é uma referência básica para a questão da crise europeia. Creio que os dois pensadores se completam. (Buber, aliás, sofreu alguma influência de Husserl). Não obsta a que a perda da transcendência pareça mais perto da vida de cada um do que o destino da física galileana ou a origem da geometria.

Devemos, porém, considerar o seguinte. O triunfo da ciência, mais especificamente, da física matemática, deu origem à cisão da racionalidade “que se pode demonstrar” e do “mundo em que se pode viver” (*Lebenswelt*), e permitiu que a razão entrasse em eclipse no mundo social. Por isto Husserl chama Galileu de “gênio descobridor e ao mesmo tempo encobridor”. Não se trata, nem de longe, de condenar outra vez o pioneiro da física moderna. A “desracionalização” do mundo da vida não é acontecimento que se possa atribuir a esta ou àquela pessoa, por mais que seja criadora. Trata-se de um fenômeno coletivo, histórico, e aí está tudo de grave que o assunto comporta. O fundamento da existência não parece firme debaixo dos pés, e em vão indagamos pelo “fundamento do fundamento”. Não conseguir “pensar o mais profundo”, eis a aflição levada ao extremo! O que é racional não jura pela fé, nem arde em fervor de zelo; mas perder a razão é loucura.

As culturas encontram na tradição receita para muitos males, mas a insensatez do espírito não tem remédio. Quando tudo vai de mal a pior, a violência contra os inimigos “de fora”, isto é, os grupos minoritários que vivem entre “os de dentro”, parece a tábua de salvação para o poder político manter-se à tona. Tenta-se persuadir que os “outros” são perigosos porque são diferentes, como se, por alguma razão, geralmente de caráter racial, o não-eu que são “eles” se oponha ao eu que somos “nós” (\*). [(\*) Ver Freud, *Massenpsychologie und Ich-Analyse, Studienausgabe, Frankfurt a.M., Fischer, 7ª. ed., 1994, vol. IX.*] Levi observa, a propósito, que o povo hebreu está mais exposto à *aversão ao diferente* do que outros povos, devido às peculiaridades de sua inserção histórica. Para a intolerância surgir, deve haver alguma diferença notável entre os dois grupos: a cor da pele ou qualquer outra distinção física, como o cabelo e a cor dos olhos (importante para a doutrina racial do *Reich*); a língua, o sotaque; os costumes, o modo de vestir, os hábitos públicos e privados; a religião. Nenhum povo escapa de sua história. Depois que a prática religiosa se transformou em disciplina social, ela tende a persistir, mesmo – ou principalmente – na diáspora, como última instância da comum identidade. Por isso hão de manter-se os ritos e os costumes visíveis, e mais ainda a tradição. Ora, aqui está a raiz do problema: como afirmar *identidade* sem *diferença*? Os extremos contrapostos, diria Hegel, estão unidos pela força do conceito para o que der e vier. Em seus começos, o Estado totalitário cultivou o triunfo da vontade (*Triumph des Willens*, de 1934, filme da cineasta Leni Riefenstahl); depois, a mania da grandeza; finalmente, o furor da destruição. Correrá sangue até a última gota. Este é, de qualquer modo, o impasse da vontade de poder: após invadir todo o espaço público, o terrorismo de Estado não encontra retiro onde reconsiderar os fatos com isenção; torna-se desmedido e pensa que pode dispor do destino. Mas é muito tarde. A catástrofe é seu epílogo, o ponto a partir do qual a sociedade, caso tenha sobrevivido, precisa começar tudo de novo. Depois do delírio dionisiaco, vem o lento despertar do entendimento. *À quelque chose malheur est bon.*

O único recurso contra acusações arbitrárias é a lei. Mas há leis de exceção, feitas de propósito para impedir a justiça. Condenado por corromper a juventude, Sócrates podia trocar a pena de morte por algo mais brando, por exemplo o exílio; preferiu morrer, para não ser cúmplice da injustiça que sofria. Educar a juventude não é crime, mas virtude, por isso propôs a alternativa de ser alimentado no Pritaneu a expensas do Estado, pelo resto da vida. Como explicou aos juízes, não é digno do homem viver sem submeter a vida a um severo exame de consciência (\*). [(\*) *Ho de anaxetastos bios ou biôtos anthrôpôi.* Platão, *Apologia*, 38 a.] Haverá, porém, delinquência mais grave do que corromper o direito, submetê-lo ao arbítrio do *Führer* e presumir crimes impossíveis de praticar? Mais do que costumes diferentes, as leis de defesa do sangue e do solo imputam aos de Auschwitz o delito de raça, sem outra alternativa senão a pena de erradicação completa. Os mais velhos se tornam réus por definição tardia,

ao passo que as crianças já nascem condenadas. (\*) [(\*) Ver documentação a respeito em Walter Hoffer, *Der Nationalsozialismus. Dokumente 1933-1945*, Fischer Verlag, Frankfurt a.M., 1957.] Contudo, na iminência do naufrágio, os últimos dias trazem esperança de porto e salvação, com o avanço das tropas russas. Mesmo assim os fuzilamentos se intensificam, à medida que o Campo vai sendo abandonado. Tudo é incerto. Que fazer enquanto a sorte (não) se decide?

Depois que a experiência de vida quase toda se transferiu para a memória, é preciso não esquecer. O *curriculum vitae* resta inconcluso, no entanto o espaço para novas inscrições parece cada vez mais estreito. Isto se chama angústia. Ocorre toda vez que pensamentos irrefletidos, vindos de fora, se chocam com reflexões há muito consolidadas, como um terremoto a destruir certezas. Tudo o que parecia firme sofre tremor e temor. Não há para onde fugir. Intuições sem conceitos, falta-lhes o peso (*pensum*) do pensamento, assim, em vez de ponderar ou medir, trazem perplexidade. Ora, o que o espírito desligou, nem mesmo a religião tradicional consegue religar. Nesta absoluta negatividade, diz Levi, o número tatuado no braço é mais verdadeiro do que a Bíblia, como se o Evangelho estivesse codificado pelo avesso. (\*) [(\*) , *Se questo...*, p. 185.]. Do mesmo modo, a teologia do *Guia dos Aflitos*, de Moisés Maimônides, tão pródiga de conselhos, não consola a quem desespera. Requer-se, portanto, lutar com as próprias forças, e restituir à razão o poder do negativo. O peso da liberdade impõe ser dono de si mesmo, e se não há verdade revelada, é preciso perguntar e responder por conta própria, e admitir o risco desagradável de estar sozinho. Auschwitz demonstra, por redução ao absurdo, que, se não se pode contar com a Providência divina, é necessário, a todo o custo, como pré-requisito de sobrevivência, manter viva a fé na razão. Para a crença filosófica preencher o vazio religioso, — se isto não soa a blasfêmia — é, pois, conveniente: primeiro, não delegar o uso da razão seja a quem for que se apresente como autoridade (*sapere aude!*, na fórmula sucinta de Kant); segundo, não abdicar do que é digno e honrado, e não fazer eu mesmo *o que os outros tentam fazer em mim*; finalmente, *negar a negação* até o último momento, para que alguém, no futuro (talvez eu mesmo, quem sabe?) possa testemunhar da dignidade ultrajada e exigir justiça, ainda que póstuma. Estes são os princípios mais gerais que compreendem o uso privado e o uso público da razão. São negativos, porque *dizer não* à tutela de outrem é o único meio de as razões pessoais assumirem a universalidade do discurso e reivindicarem realidade própria. Só o real é racional.

A ofensa feita ao homem deixa de ser algo subjetivo, restrito à pessoa da vítima, e atinge os gozinhos na certeza da humanidade comum. Por conseguinte, *negare il nostro consenso* a tudo o que possa deprimir o homem se diz de modo absoluto, como pressuposto necessário do perguntar: por que? Veda-se à resposta transpor os limites da razão.

Adorno havia dito que depois de Auschwitz não se pode escrever poesia. Levi refutou esta opinião simplesmente escrevendo poesia sobre as recordações mais cruéis. São poemas belos e terríveis. Não cria no Livro, nem ouvia profetas; mas a verdade da mensagem não depende do mensageiro. Não custa lembrar que a expressão poética está na origem da religião e da filosofia, e, mais do que isso, da própria linguagem em seu movimento interno. Quando substitui uma imagem por outra, como se ampliasse o sentido em outra reflexão, a metáfora *move* a representação para além do que se pode apontar com o dedo e descobre mediações de segundo grau que o sensível imediato não saberia oferecer: ora, este simples truque poético é o caminho que, desde a origem, a religião percorreu para chegar ao suprassensível. (A metonímia é também um procedimento importante que o corpo linguístico usa para crescer, mas tendo a pensar que seja mais afim à prosa, embora não esteja ausente da criação poética). (\*) [(\*) Como a lançar dúvida sobre meu argumento, lembrei-me, depois, de um grandíssimo poeta que é um mestre no uso da metonímia, o espanhol António Machado.] De qualquer modo, estas duas figuras constituem, talvez, os instrumentos mais afinados que regem a expansão da fronteira linguística para além de seu lugar natural. O clamor do povo tem as palavras mais justas; é preciso que perdurem. Não convém expulsar outra vez os poetas.

Um grego, que parecia sóbrio entre bêbados, disse que o Pensamento governa o mundo. Contudo, ideias claras como o sol também sofrem eclipse quando um pensador do renome de Heidegger aproveita o soprar (*pnéo*) do espírito (*pneuma*) para concluir que o pensamento é vento e, ao se concentrar mais, é tempestade (*Sturm*) que abate os fracos. Jogo de palavras duplamente erudito, porque *Sturm* significa também *assalto*. Atentos à aula, os SA (*Sturmabteilungen*, divisões de assalto) apreciam o elogio filológico de seu *métier*. Não há dúvida quanto à indecisão semântica que a etimologia deixa subsistir entre *vento* e *espírito*; ela é recorrente em idiomas da família indo-europeia, tanto nas línguas clássicas, — o grego, o latim e suas derivadas neolatinas, — assim como nas germânicas. O que parece estranho é transformar *vento* em *tempestade* só *pour faire plaisir*. Esta concessão ao espírito da época teria sido feita por Heidegger em um seminário de 1933, também assistido por jovens das SA. Temos para isto um bom ditado: quem semeia vento colhe tempestade. (\*) [(\*) Sobre vento e espírito, cf. passagem clássica no Evangelho de João, 3, 6; 3, 8. No mesmo jogo semântico, o hebraico *ruach*; uma análise circunstanciada deste último encontra-se no primeiro capítulo do *Tratado teológico-político* de Spinoza. Para um relato sobre o seminário de Heidegger, ver o livro de Emmanuel Faye, *Heidegger, l'introduction du nazisme dans la philosophie: autour des séminaires inédits de 1933-1935*, Paris, Albin Michel, 2005. Embora o livro de Faye contenha muitos dados novos que ajudam a esclarecer a colaboração do filósofo com nacional-socialismo, a interpretação filosófica

de seu pensamento é parcial, para dizer o mínimo; a conclusão que tira dos fatos parece-me maior do que as premissas. A sugestão de banir Heidegger das bibliotecas (para não corromper a juventude?) cheira a um *auto-da-fé* tardio.] De qualquer modo, por muito que o credo político de Heidegger cause repulsa, não podemos fingir que seu pensamento não nos diga respeito. Afinal de contas, depois de todo o ocorrido, a quem se foi pedir conselho?

Depois da guerra, a questão da humanidade europeia cabe em uma linha: *comment redonner un sens au mỗt "Humanisme"?* — pergunta o filósofo francês Jean Beaufret a Martin Heidegger. Este responde numa carta publicada em 1947 com o título de *Carta sobre o humanismo* (\*) [(\*) Tradução brasileira de Ernildo Stein, *Sobre o Humanismo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores, São Paulo, 1983.*] Quem esperasse encontrar reflexões sobre a desumanidade da guerra ainda bem próxima, teria motivo de sentir-se frustrado. Na perspectiva do pensador, tudo o que é perto parece tão longe! Mas esta é a distância conveniente, se quisermos descer às origens do problema proposto. Pois se a questão é *de princípio*, precisamos saber, antes de tudo, quais fatos se devem levar em conta e como ordená-los. Do contrário, arriscamo-nos, mais uma vez, a receber respostas de ocasião, talhadas segundo a medida do inquiridor, na ânsia de acalmar o pensamento alvoroçado, sem ouvir a coisa mesma de que pede relato. De fato, a pergunta era simples na origem, mas tornou-se complexa com o tempo, porque a tradição sobrecarregou-a com tantas observações secundárias tiradas das ciências e das mais diversas necessidades práticas, de tal maneira conflitantes, que o Ocidente não obteve *uma* resposta, mas *várias*, de acordo com o interesse hegemônico em vigor.

Heidegger começa, portanto, do começo, isto é, dos gregos. Antes de surgirem os termos nos quais acomodamos o pensamento (o de humanidade, dentre outros), eles pensaram o ser/homem na abertura do mundo como a mais alta dignidade da existência. *Ser e tempo* propôs chamar de *Dasein* (ser-aí) o fato de estarem o ser e o homem desde sempre (*je*) vinculados um ao outro, formando "dois em um", no ponto em que, por princípio, "há ser": o "aí" (*da*) do Ser-aí. A irrupção da transcendência no universo humano não esperou que houvesse ética, física, e nem mesmo metafísica. O surgimento da ciência (com o nome de filosofia), pôs fim a esse pensar primordial que produziu o mais autêntico de todos os pensamentos: pois *autêntico* é o fato de algo ou alguém ser legitimamente ele *mesmo, autós*, e não um outro. (\*) [(\*) O Poema de Parmênides diz, com efeito: *tò gàr autò noeîn estín te kai eînai* (Pensar e Ser são o Mesmo).] O Ser-Homem pensou-se a si mesmo a partir da transcendência de ser. Este pensamento foi o ato inaugural da humanidade.

O destino histórico é próprio do homem. Ele o experimenta na proveniência do ser-tempo que virá destruir tudo o que é imperfeito: a morte é a

transcendência perfeita. A expressão *Sein zum Tode*, ser para a morte, usada por Heidegger, indica esta antecipação, donde se conclui que apenas o ser-áí carrega a responsabilidade de ter um mundo, porque, não transcendendo a natureza, os animais não o podem conceber. Mas aqui está o nó da questão. Depois que a ciência da natureza (a *physis* dos gregos) expandiu a polimatia de que foi capaz, este saber de muitas coisas pensou a totalidade dos entes (*panta tà onta*) *exclusivamente a partir da natureza*, cada qual segundo sua espécie. Colocou o homem no centro da natureza e reconheceu-lhe a *diferença*. Definiu-o, portanto, como *animal* racional. Mas a *humanitas* do *homo humanus* nunca mais pôde abandonar a *animalitas*. A razão, contudo, não é algo que possa vir acrescentado à natureza graças à idade ou à educação. Poderemos um dia voltar à transcendência pura e simples do ser-homem, sem recorrer aos pressupostos religiosos e políticos que as especulações tradicionais acolhem com demasiada indulgência? (\*) [(\*) Apenas para não deixar de fora um fato que faz pensar: Aristóteles, inventor da primeira sistemática zoológica acurada, argumenta no *De Anima*, II, 2, linhas 22-25, contra órficos e pitagóricos, que a alma (*psyquê*) não pode transmigrar de um corpo animal para o humano, porque a forma só pode estar presente na matéria que lhe seja plenamente adequada. Não podemos, por certo, excluir o homem da escala zoológica, mas esta concepção faz justiça à dignidade transcendente do corpo humano.]

A resposta de Heidegger não podia ser outra. Urge voltar à simplicidade dos primeiros pensadores gregos, se quisermos pensar o Humanismo à luz da verdade do ser. *Sub specie aeternitatis*, a questão do humanismo deixa de ser questionável (*fragwürdig*) e se torna a mais digna de se inquirir (*frag-würdig*). Estaremos à altura de aceitar este legado, sem submetê-lo à conveniência de tantos interesses?

Redobremos agora a pergunta, cobrando-lhe a sobretaxa a que temos direito: obtivemos uma resposta satisfatória? Ou cumpre reconhecer, tanto tempo depois, que ainda vivemos em plena crise humanitária, na verdade uma crise em escala mundial – não menos desumana do que a que tentamos resumir a propósito de Auschwitz? Para não cair no esquecimento que Primo Levi tanto lutou para evitar, lembro, dentre muitas coisas: na antiga Iugoslávia, o genocídio da população muçulmana; no Líbano, o massacre de Sabra e Chatila, que não poupou mulheres e crianças refugiadas nos acampamentos (Levi expressou sua indignação com este fato em inúmeras palestras feitas para estudantes italianos, assim como fez com o Gulag); a situação dos palestinos, prisioneiros em seu próprio país; o genocídio nas guerras tribais da África; e quanta coisa mais...*Peut-on vraiment redonner un sens au môt "Humanisme"?* [Pode-se realmente dar de novo um sentido à palavra "Humanismo"?)

Uma última observação sobre a barbárie de Auschwitz. Todos os verbos do juízo final remetem ao prefixo *re*: retomar, reviver, recomeçar, mas

sobretudo reaver a dignidade confiscada. A razão não pode reconciliar-se consigo pela simples boa-vontade subjetiva. Sendo a potência universal por si mesma, *kat' autós*, ela só *virá a ser o que é* se obtiver reconhecimento intersubjetivo, em outros termos, quando a legitimidade presumida se tornar ela própria universal. Para chegar a tanto há de cumprir-se antes a mais difícil das tarefas: repor a justiça em seu trono usurpado, com poder de julgar os vivos e os mortos. O testemunho dos vivos instrui as peças do processo. O transe dionisíaco dá lugar, enfim, ao repouso translúcido da serenidade. Pois o veredito (*vere-dictum*) já pertence à História.

*(À memória de Pravoslav Nosek, mestre e amigo,  
que foi prisioneiro de Theresienstadt)*

Endereço do Autor:

Rua Manoel Gomes Pereira, 52 - Apto. 204  
30220-220 *Belo Horizonte* — MG  
email: sjhenrique@gmail.com